

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

PROJETO PEDAGÓGICO

REFORMA CURRICULAR 2006-1

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 2 |
| I. O CURSO DA FAU: ORIGEM E INSERÇÃO NO CONTEXTO DA UNIDADE E DA UFRJ | 2 |
| 1.1 Das corporações coloniais à FAU-UFRJ | 2 |
| 1.2 O prédio da FAU | 5 |
| 1.3 A Reforma Universitária | 5 |
| 1.4 As Reformas Curriculares | 5 |
| II. JUSTIFICATIVA, FINALIDADE E IDENTIDADE DO CURSO | 6 |
| 2.1 Identidade do curso | 6 |
| 2.2 Justificativa: marco situacional | 7 |
| III. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO ADOTADA E PROSPECTIVA DE OPERACIONALIZAÇÃO | 9 |
| 3.1 Marco conceitual | 9 |
| 3.2 Marco Operacional | 9 |
| 3.3 Condições de funcionamento | 11 |
| IV. OBJETIVOS DO CURSO COMO NORTEADORES DA FORMAÇÃO DO ALUNO | 12 |
| 4.1 Objetivo geral | 12 |
| 4.2 Objetivos Correlatos | 12 |
| 4.3 Atividades Acadêmicas dos discentes | 12 |
| 4.4 Avaliação do Curso | 13 |
| V. PERFIL DO EGRESSO | 13 |
| 5.1 Competências e habilidades | 14 |
| 5.2 Inserção no mercado de trabalho | 14 |
| VI. ESTRUTURA CURRICULAR PROPOSTA | 15 |
| 6.1 Grade curricular | 15 |
| 6.2 Ementário | 20 |
| 6.3 Considerações finais | |

Introdução

O ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil vem sendo objeto de amplo debate nacional na última década, com enfoque na renovação, atualização e inserção no panorama internacional. Esse debate culminou com a aprovação pelo MEC das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, em 06 de junho de 2005, para os cursos da área.

Procurando manter sempre atualizado seu currículo, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo promoveu uma reforma curricular que possibilita, após uma década, uma primeira avaliação através dos profissionais já formados segundo aquela orientação.

Para efetuar-la, instituiu-se um grupo de trabalho interdepartamental em 2001 para promover discussões sobre os ajustes necessários.

Como resultado das conclusões iniciais, a Direção da Faculdade criou, através da Portaria nº25, de 02/12/2002, a Comissão para Reforma da Estrutura Curricular, formalizando o Grupo de trabalho.

Com o objetivo de estender as discussões por toda a comunidade, foi realizado um Seminário em novembro de 2002, que produziu um documento denominado “Carta da FAU”, considerado base para a implementação da referida Reforma.

I.

O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA FAU: ORIGEM E INSERÇÃO NO CONTEXTO DA UNIDADE E DA UFRJ

1.1 Das corporações coloniais à FAU – UFRJ

Ainda que o título Arquiteto esteja presente em diversas referências sobre nosso passado colonial, somente no alvorecer do século XIX a profissão foi oficialmente definida através de ensino regular oferecido pela recém-criada Academia Imperial até a sua transformação em faculdade, em agosto de 1945.

1.1.1 Corporações e escolas militares

Até o início do século XIX pouco foi registrado no Brasil Colonial o Arquiteto com formação acadêmica, apesar do contínuo crescimento da construção civil, outrora predominante em núcleos rurais, urbanizando-se com o incremento da vida nas cidades.

Casas-grandes com seus engenhos e senzalas, fortificações, aquedutos e chafarizes para o abastecimento das vilas, até mesmo conventos e igrejas, eram obras de ampla paternidade como mestres, padres, proprietários e até mesmo simples operários sem formação, todos com seu quinhão de contribuição na construção de uma nova civilização tropical.

Diante de uma maior complexidade das edificações, no caso de defesa ou abastecimento, ou até mesmo novos traçados para arruamento das vilas, surgia a figura do Engenheiro Militar, português na maioria das vezes, eventualmente francês, inglês, alemão, conforme a direção dos ventos políticos na Europa.

Para edifícios religiosos, onde o tripé vitruviano “firmitas-utilitas-venustas” se tornava indispensável, o “prático em arquitetura” adquiria sua importância, principalmente pela necessidade da comunicação de massa, fundamental para atrair novos fiéis-colaboradores para o seio das irmandades.

Aqui já é possível registrar uma forma de ensino informal, implementado pelas corporações de ofício, ainda nos moldes medievais europeus, nas quais mestres ou oficiais (pintores, escultores, gravadores,

entalhadores, canteiros) ensinavam o ofício aos aprendizes, criando uma verdadeira “escola profissionalizante”.

O ensino não acontecia no sentido acadêmico, mas num canteiro de obras, associando-se teoria à prática imediata, numa comunhão, nem sempre sem atritos, entre mestres e aprendizes.

Um relevante exemplo é Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho de Vila Rica, verdadeiro mestre e empresário do final do século XVIII, com equipe própria, projetos aprovados pelas irmandades, orçamentos, termos aditivos, informações dispostas contemporaneamente no currículo dos cursos de Arquitetura.

Apenas nas escolas de Engenharia Militar ensinava-se academicamente algumas regras, porém comuns a oficiais de armas, artilheiros, que eventualmente recebiam o título de arquiteto, muito mais pelo resultado de seus projetos do que pela formação recebida. Neste caso podemos citar o Brigadeiro Pinto Alpoim, autor de muitas obras no Brasil como o Paço da Praça XV e a Casa do Bispo, no Rio de Janeiro ou o Palácio dos Governadores em Ouro Preto.

1.1.2 Missão Francesa e a Introdução do Ensino Acadêmico

A Chegada da família Real ao Brasil, em 1808, alterou profundamente todas as formas de comportamento vigentes na Colônia. Mudou a economia, as relações de trabalho, os limites da cidade, o papel da mulher, a arquitetura e implementou-se um ensino regular, visando atender a cerca de 10.000 “fidalgos” que aqui se abrigaram, fugidos de Napoleão.

Para este ensino de Artes e Ofícios foi trazida da Europa a Missão Francesa, em 1816, grupo composto por profissionais, futuros professores de diversas especialidades: pintura, gravura, escultura e arquitetura. Debret, Lebreton, Taunay, Ferrez e Grandjean de Montigny.

Pela primeira vez, oficialmente, implementava-se um curso de arquitetura sistematizado, oferecido pela Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, criada em 12 de agosto de 1826, com edifício próprio de exemplar fachada e requintado acabamento, marco do repertório então vigente como linguagem oficial do império: o neoclassicismo.¹

O ensino de cada especialidade seria, originalmente, ministrado por um único professor. Para o estudo de Arquitetura os alunos deveriam aprender Desenho Natural e Composições com o arquiteto Grandjean de Montigny e freqüentar aulas de Ótica e Geometria na Academia Militar. Posteriormente outros conhecimentos suplementares foram exigidos como Desenho Geométrico, Matemática, Estereotomia, Noções de Composição em Arquitetura.

Após a Proclamação da República, com a Reforma Bernardelli, gradativamente outras matérias foram incluídas, dissociando cada vez mais o ensino de Arquitetura das demais Belas-Artes, prenunciando a futura separação.

1.1.3 A Escola de Belas-Artes republicana

Mesmo diante de mudanças radicais na estrutura sócio-econômica nacional – Abolição da Escravatura, Proclamação da República – provocando transformações nas relações de produção, o ensino de Arquitetura, ministrado nos moldes da Escola de Belas-Artes de Paris, continuou artesanalmente acadêmico, artístico, destinado à elite, apesar do bombardeio da produção em série, utilização do ferro, racionalização da construção, divisas empregadas pela evolução rápida da Politécnica de Paris no seu curso de Engenharia Civil (*Ponts et Chaussées*) ou aplicadas com sucesso pela Escola de Chicago, com Sullivan construindo seus edifícios de múltiplos pavimentos.

Devido ao aumento do número de candidatos, mudanças curriculares, novas necessidades, degradação das instalações anteriores e principalmente pela intenção do Governo Federal em transformar o Rio de Janeiro em uma “Capital Federal” de fato, foi idealizado e construído entre 1906 e 1908, no coração da

¹ O edifício da Academia foi projetado pelo arquiteto Grandjean de Montigny, e localizava-se nas imediações da atual Avenida Passos, no Centro do Rio de Janeiro. Após mudanças de uso, foi demolido em 1937 e sua portada remontada no interior do Jardim Botânico.

cidade reformada, um novo, belo e imponente edifício, projeto do Professor-arquiteto Morales de los Rios, de coerente arquitetura, para abrigar a Escola de Belas-Artes, de franca inspiração no Louvre francês.²

O arquiteto forjado nessa edificação continuaria no papel de pesquisador de formas, desenhista de fachadas, aumentando “*inútil e estupidamente tanto o peso como o custo da construção*”³... Enfim, um decorador de estruturas produzidas pelos engenheiros, profissionais engajados com as técnicas de seu tempo.

1.1.4 A Reforma de 1931

Até a reforma de 1931 pouco se alterou o ensino de Arquitetura, um curso com seis anos de duração, com matérias comuns aos demais cursos da Escola de Belas-Artes e cerca de 30% de matérias específicas ao futuro arquiteto.

Após a Revolução de 1930, com Francisco Campos nomeado para a pasta da Educação e Saúde, Lucio Costa, então com 28 anos, através de influências de amigos, entre eles o médico José Marianno Filho, foi indicado para a direção da Escola.

Tratava-se de uma medida conciliatória, pois considerada a obra e relações do jovem arquiteto, seria o nome ideal para uma transição sem traumas para os novos tempos idealizados.

No entanto, influenciado por idéias modernistas, Lucio Costa surpreendeu implementando uma profunda reforma no curso de Arquitetura, provocando iras acadêmicas que o levariam a curta gestão, agravada por problemas por ele mesmo criados com a proposta da criação de dois cursos paralelos: acadêmico e moderno, ministrados por profissionais distintos, por vezes ferrenhos inimigos conceituais, com sérias repercussões políticas em um momento de exaltações partidárias comunistas ou nazi-fascistas.

1.1.5 A Criação da Faculdade Nacional de Arquitetura

Após os incidentes de 1931, sucessivos acontecimentos prenunciaram a inevitável separação entre o curso de Arquitetura e sua matriz, a Escola de Belas Artes.

Congregação de professores separada, Diretório Acadêmico Independente, greve de estudantes pela modificação do currículo e permanência de Lucio na direção, apoio e divulgação na imprensa. O clima era propício para o divórcio anunciado.

Em 1937 era criada a Escola Nacional de Arquitetura⁴ e contando com o apoio de muitos catedráticos, em 1945 transformava-se na Faculdade Nacional de Arquitetura⁵.

Consolidada a separação de direito, restava a separação de corpos e a recém criada faculdade buscava novo endereço para prosseguir sua trajetória. Pouco tempo depois, através da iniciativa do Reitor Pedro Calmon, o edifício do antigo Hospício dos Alienados⁶, situado à Av. Pasteur, Praia Vermelha, era incorporado ao Patrimônio da Universidade e, recuperado, passaria a abrigar a FNA.

Autônoma, a faculdade de arquitetura implementou um novo currículo, incluindo novas cadeiras e ampliou a carga horária das matérias “técnicas”. A prática do projeto fortalecida, refletia a importância da produção arquitetônica brasileira no cenário internacional. Urbanismo, cadeira implantada com a reforma de 1931, mais do que uma matéria, transformou-se em um Curso de pós-graduação.

Definia-se um novo profissional, preocupado com a funcionalidade do edifício, as vantagens do concreto armado, a expressão formal vigorosa, qualidades essenciais de uma arquitetura que extrapolava frontei-

² Este edifício, situado na Av. Rio Branco 199, no centro do Rio de Janeiro, abriga hoje o Museu Nacional de Belas Artes, compondo com o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional o principal conjunto remanescente da época Passos.

³ WACHAVCHIK, Gregori. *Acerca da Arquitetura Moderna*, manifesto publicado no jornal *Correio da Manhã* em 01/11/1925, Rio de Janeiro, texto referencial para compreensão da Arquitetura Moderna no Brasil.

⁴ Lei nº 452, de 05 de julho de 1937.

⁵ Decreto nº 7918, de 31 de agosto de 1945.

⁶ O Hospício dos Alienados era uma edificação neoclássica, projetado por discípulos de Grandjean de Montigny na segunda metade do século XIX. Recuperado, tornou-se o “prédio da Praia Vermelha”, assim denominado carinhosa e respeitosamente pelos seus antigos estudantes de Arquitetura.

ras e revelava profissionais de renome numa época de euforia, os cinquenta anos em cinco de Juscelino sublinhando o sentimento de orgulho nacional.

1.2 O prédio da FAU

O prestígio da arquitetura moderna brasileira, a euforia desenvolvimentista, a imagem de um Brasil grande, foram ingredientes que revitalizaram a antiga idéia de uma Cidade Universitária.

Em 1957 era apresentado o projeto para o novo edifício da Faculdade Nacional de Arquitetura⁷. Desenvolvido pelo arquiteto Jorge Machado Moreira, integrante da equipe do MEC, o prédio adotava dimensões suntuosas, disposto em vários blocos, o principal com oito pavimentos, com programa extenso, minuciosamente detalhado, considerando números e proporções ideais entre alunos e professores, condicionantes climáticas e até mesmo horário determinado para aulas conforme a fachada insolada.

Tratava-se de uma criteriosa proposta, inteiramente modulada, totalmente adequada a um programa elaborado pelos catedráticos: um edifício consolidando projeto de ideais modernistas para abrigar uma moderna Faculdade de Arquitetura.

No entanto o edifício ideal não chegou a debutar pois, ocupado em 1961, com o curso ainda em sistema seriado, assistiu, em 1968 à Reforma Universitária, instituindo, entre outras imposições, o Sistema de Inscrição em Disciplinas (Créditos), para o qual o projeto não fora estruturado.

1.3 A Reforma Universitária⁸

A Reforma Universitária, muito discutida por intelectuais e estudantes de diversos matizes foi finalmente e oportunamente implantada propondo mudanças curriculares, disciplinas obrigatórias (Estudo dos Problemas Brasileiros) e principalmente introduzindo o sistema de créditos, assumindo um ensino “aberto” de tendências tecnicistas, claramente vinculado ao ideal oficial do Governo Militar.

A consagrada Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, com edifício próprio, projeto premiado, tornou-se a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além disso, sua inserção na administração da Universidade também foi alterada, pois a faculdade passou a ser denominada Unidade, com Diretor, agregada a outras afins, compondo um Centro – Letras e Artes -, administrado por um Decano, integrando a Universidade.

Com a explosão do ensino superior, o curso de Arquitetura começou a ser oferecido por diversas instituições em todo o país, inclusive pela rede particular, quase sempre decalcado no currículo das escolas federais ou mais tradicionais, utilizando inclusive muitos membros de seu corpo docente como fundadores.

Os anos 1970 terminavam com a constatação do fim do “milagre econômico” e a brisa da abertura permitia uma reavaliação do sistema de ensino e seus currículos vinte anos atrasados.

A Administração da Universidade decidiu, sem nenhuma consulta, que a Escola de Belas Artes deveria se integrar outra vez, pelo menos no espaço físico, à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que viu, paulatinamente, seu edifício ocupado por diversas instâncias da Administração Superior além da própria EBA.

1.4 As Reformas Curriculares

Algumas revisões, realizadas de forma intempestiva, apenas para demonstrar atualização, simplesmente mudaram nomes de disciplinas, alterando suas cargas horárias ao sabor de interesses e prestígios pessoais. Surgia uma colcha de retalhos a ser implantada ao longo dos anos 1990 que, sem fundamentação conceitual, também recebeu violentas críticas dos corpos docente e discente.

⁷O projeto, totalmente corbusiano, foi premiado na Bienal de 1957, porém até nossos dias não foi concluído.

⁸A Reforma Universitária foi instituída pela Lei 5540/68.

Devido à abordagem setorial de reformas anteriores, decisões unilaterais e totalitárias de aumentar o contingente do corpo discente, não foi possível ou desejável o aprofundamento de discussões relevantes como a necessidade da continuação do sistema de créditos, instalações adequadas às novas solicitações, diversificação das atribuições profissionais e até mesmo o número ideal ou pelo menos aconselhável de alunos para que o curso funcione de forma satisfatória.

Durante os anos noventa algumas leis como a nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional e a Portaria 1.770 - MEC de 21 de dezembro de 1994, definindo diretrizes curriculares para os Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, geraram a implementação de novos processos de discussão para realização de adequação dos currículos às diretrizes dispostas, inclusive em âmbito nacional.

Algumas proposições foram implantadas de forma parcial, não permitindo uma avaliação plena e eficiente conforme os objetivos originais, como a realização do “Provão” para o Corpo Discente, enquanto as Instituições e Corpos Docentes não foram avaliados.

Com as mudanças governamentais, tais iniciativas foram temporariamente suspensas e outras propostas estão em tramitação, sem uma definição.

Procurando atender ao que já está promulgado, além da percepção da necessidade de atualização do currículo para formar o novo egresso, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro está promovendo, há dois anos, discussões para implantação de um currículo dinâmico, que contemple ajustes futuros com pouca alteração estrutural.

Tal proposição decorre de um diagnóstico desenvolvido pela mencionada Comissão para Reforma da Estrutura Curricular, tomando como base a última reforma curricular. Foi constatado um número excessivo de disciplinas, agravado pela fragmentação e falta de integração entre conteúdos gerando um fenômeno que foi denominado de “currículo oculto”.

Essa situação tem permitido que docentes interfiram de forma particular no conteúdo da disciplina, procurando solucionar individualmente problemas de conteúdo para viabilizar o desempenho do aluno. A tentativa de solucionar as dificuldades por essa via, vem provocando o surgimento de outras lacunas, agravando-se à medida que o curso avança e impedindo que o conjunto de informações seja integralizado. Além disso, a análise dos conteúdos fica notoriamente prejudicada, pois não é possível assegurar-se do que foi efetivamente ministrado.

II.

JUSTIFICATIVA, FINALIDADE E IDENTIDADE DO CURSO

2.1 Identidade do curso

2.1.1 Legislação

O curso de Arquitetura e Urbanismo destina-se a formação do Arquiteto e Urbanista de acordo com a Lei nº 5194/66 que regula a profissão de Arquiteto e a Resolução nº 218. de 29 de junho de 1973, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, principalmente em seus Arts. 1º e 2º. Os mínimos de conteúdo e de duração dos cursos de Arquitetura e Urbanismo estão dispostos no Decreto Ministerial 1.770/1994 do Ministério de Educação e Cultura, que estabelece quantitativos específicos que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais não definem.

As Diretrizes Curriculares previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) têm por objetivo dar novas referências às Universidades para a organização de seus currículos.

2.1.2 Habilitação

Habilitação única em Arquiteto e Urbanista com plenas atribuições, segundo a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, complementada pela Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973.

2.1.3 Grau conferido

Arquiteto e Urbanista

2.1.4 Tempo de integralização

Tempo mínimo para a conclusão do curso: 5 anos ou dez períodos. Tempo máximo para a conclusão do curso: 9 anos ou dezoito períodos

2.1.5 Forma de organização

Matrícula semestral por créditos ou inscrição em disciplinas.

2.1.6 Locais e turnos de funcionamento

O Curso de Arquitetura e Urbanismo é ministrado no Campus Ilha do Fundão, no edifício da FAU, denominado posteriormente “prédio da Reitoria”, em horário integral.

2.1.7 Número de vagas

São oferecidas 120 (cento e vinte) vagas por semestre.

2.2 Justificativa: marco situacional⁹

2.2.1 O cenário sócio-cultural

No início do século XXI, diante de uma nova realidade sócio-política, o país cada vez mais se torna integrado na aldeia global preconizada por McLuhan há três décadas. Tal situação gera aspectos contraditórios, uma vez que diante do conhecimento globalizado existem concretas limitações que impedem o acesso a todas as facilidades disponibilizadas para aquelas nações com maior renda *per capita*, ou situações internas sob controle.

No entanto, o sentimento de revisão de conceitos de alta tecnologia como meta associa-se a uma clara necessidade de valorização de aspectos regionais, em suas diferentes nuances sociais, tecnológicas ou culturais. Tal situação coloca os profissionais diante de um novo contingente de conhecimentos que deve associar informações aparentemente díspares, mas certamente eficazes se compreendidas como inter-relacionadas em suas aplicações.

As aparentes transformações do sistema sócio-econômico vigente vêm exigindo novas estruturas de organização trabalhista. Em decorrência, o perfil do novo profissional torna-se tema constante nas discussões de classe nas últimas décadas; chegando-se ao consenso da necessidade de um profissional generalista multidisciplinar.

No caso da Arquitetura e Urbanismo, a multidisciplinaridade é condição *sine qua non*, para atingir a meta de formar um profissional capaz de exercer diversas atribuições, definidas por lei de forma igualmente plural.

As possibilidades de abrangência da profissão associadas à realidade de lidar-se com o homem - incógnita multifacetada também em constante transformação - podem criar resistências à adoção da visão

⁹ Foi adotado como referência a obra de GANDIN, Danilo: *A prática do planejamento Participativo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

multidisciplinar como meta diante do mundo contemporâneo, onde o pragmatismo e o imediatismo tornam-se palavras de ordem.

Tratando-se de questões específicas, deve ser considerado que o Brasil dispõe de muitos recursos naturais e tecnologia ainda restrita a poucos segmentos da sociedade.

A influência e eficiência dos meios de comunicação tornam o simulacro, com frequência, objeto de desejo, mesmo quando este se vincula a outro universo cultural, sem conexões concretas com a realidade nacional.

Dessa forma, as temáticas em que tradicionalmente subdivide-se o campo de ação da arquitetura ampliam-se de forma contínua, criando ramificações que incluem outros eixos de conhecimento: marketing e propaganda, análise de sistemas, economia, política, antropologia, geografia humana, psicologia social e outras. No entanto, mesmo dentro da ampla interdisciplinaridade, o produto da criação arquitetônica é Arquitetura, considerando o homem e a cidade como referenciais e matéria-prima essencial.

2.2.2 A visão prospectiva

Diante da situação constatada no item anterior, a orientação do curso de arquitetura optou por associar a qualidade tecnológica à formação humanista de seu corpo discente. Essa preocupação reflete-se na melhoria da qualidade de seus laboratórios e instalações e na capacitação de seu corpo docente. Tal atitude pretende, ainda, aprofundar o caráter investigativo das disciplinas, estimulando e aproximando o ensino da arquitetura das diversas realidades nacionais.

O profissional de Arquitetura e Urbanismo do novo milênio deve ter condições de associar o que há de mais recente em tecnologia sem abdicar do conhecimento de sua realidade sócio-cultural. Afinal, o país ainda está em desenvolvimento e o profissional deverá estar habilitado para deparar-se com as diversidades comportamentais e econômicas, pois o egresso da Instituição, considerando-se as informações disponíveis, é oriundo de diversos pontos do território nacional com amplas perspectivas de retorno à terra natal para o pleno exercício da profissão.

Dessa forma, além da formação de um profissional capacitado para exercer suas atividades em um centro desenvolvido, o aluno deverá contar com um mínimo de informações abrangentes, permitindo-o compreender e atuar diante de peculiaridades regionais, elaborando mentalmente as informações acumuladas, revendo e produzindo novos conhecimentos, co-relacionando competências e habilidades necessárias ao saber, saber fazer, saber conviver e saber ser, como recomenda o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

2.2.3 Referências Curriculares

O Curso de Arquitetura e Urbanismo conta hoje com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas recentemente pelo MEC, com poucas alterações sobre a Portaria 1.770/1994 vigente até então, que dispõe sobre sua estrutura curricular, fundamental para o estabelecimento de qualquer reforma. Além desse documento, existem discussões constantes na Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, que refletem as situações vividas pelos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

A Estrutura do Curso se apóia no conceito de que a profissão de Arquiteto e Urbanista é generalista por natureza e pode ser substanciada em um tripé formado por Beleza, Funcionalidade e Estabilidade, situação já descrita em obra tradicional de Vitruvius. Esses eixos deverão estar dispostos em áreas de conhecimento, responsáveis pela formação profissional: representação, teoria e crítica, construção e projeto .

A Estrutura Curricular deverá observar os seguintes princípios, garantindo uma relação estreita e concomitante entre teoria e prática:

- a) a qualidade de vida dos habitantes dos assentamentos humanos e a qualidade material do ambiente construído e sua durabilidade;
- b) o uso da tecnologia em respeito às necessidades sociais, culturais, estéticas e econômicas das comunidades;
- c) o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável do ambiente natural e construído;

- d) a valorização e preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva.
- e) as habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, e de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;

III.

CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO ADOTADA E PROSPECTIVA DE OPERACIONALIZAÇÃO

3.1 Marco conceitual

Em novembro de 2002 foi realizado o Seminário sobre Ensino de Arquitetura que originou o documento já citado “Carta da FAU”, estabelecendo diretrizes para implantação da Reforma Curricular. A partir desse documento os principais pontos da reformulação foram definidos:

A - atender ao objetivo de elaborar um pensamento original vinculado à nossa realidade, ratificando as relações de um esforço combinado entre ensino, pesquisa e extensão universitária, sendo as atividades essenciais na construção deste objetivo:

- a pesquisa, na medida em que descobre e redescobre soluções adaptadas à nossa realidade;
- a extensão universitária, pela possibilidade de colocar para dentro da universidade a crua realidade de nossas cidades e seu lastro de desigualdades e injustiças;
- o ensino como atividade primordial, que deve nutrir-se do subsídio vindo da pesquisa e da extensão, incorporando estas atividades como partes integrantes e constitutivas, obrigatórias para o próprio processo de aprendizado.

B - que o esforço anteriormente mencionado deva ter como objetivo a formação de um arquiteto generalista, com pleno domínio da história da arquitetura, conhecedor das técnicas construtivas atuais e de suas limitações, embutido de espírito criativo e capaz de reinventar nossa arquitetura e nossas cidades.

C - que o currículo proposto, reconhecendo as profundas diferenças políticas, econômicas, sociais, culturais e climáticas relacionadas com a produção do ambiente construído em nosso país e, respeitadas as vocações individuais, a diversidade de alternativas e de campos de atuação profissional do arquiteto e urbanista, permita a formação de um profissional capaz de agregar às habilidades técnicas específicas, a crítica e a consciência de seu papel e de sua responsabilidade na busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida e a preservação do ambiente.

D - pelo anterior, o caminho do aprendizado deve respeitar a profundidade das áreas disciplinares específicas (História, Tecnológica e Projeto), ensejando ao mesmo tempo momentos de integração efetiva entre as mesmas (Trabalhos Integrados).

E - o conteúdo e as exigências desses Trabalhos Integrados, que incluem ainda a disciplina Fundamentos para o Trabalho Final de Graduação – FTFG e o Trabalho Final de Graduação - TFG, devem direcionar a adequação das disciplinas que os precedem na grade curricular. A coordenação de cada período será fundamental para alcançar esse objetivo.

F - a carga horária despendida em disciplinas obrigatórias deve concentrar-se nos primeiros quatro períodos, diminuindo progressivamente nos períodos subsequentes para dar lugar a uma carga horária maior de disciplinas eletivas.

3.2 Marco Operacional

Os principais elementos estruturantes da proposta de reformulação são os seguintes:

3.2.1 Os Ciclos

O curso foi entendido como uma sucessão de três ciclos de estudos de complexidade progressiva: fundamentação, aprofundamento e síntese.

O **ciclo de fundamentação**, de caráter predominantemente introdutório, estende-se até o quarto período e culmina com o primeiro Trabalho de Integração. O objetivo desse primeiro ciclo é apresentar a diversidade do campo disciplinar da arquitetura e urbanismo assim como possibilitar a formulação de seus problemas intrínsecos. Dessa forma, torna-se essencial a apresentação *panorâmica do campo disciplinar*, envolvendo de modo elementar os principais assuntos que compõem a complexidade do fenômeno espacial, relacionando as diversas escalas de atuação, e mostrando as diferentes dimensões da prática profissional. Devem predominar aqui as disciplinas obrigatórias, ministradas por professores que tenham uma compreensão abrangente do campo disciplinar, conseguindo estabelecer a relação entre todas as áreas de interesse e as “pontes” possíveis entre as mesmas.

O **ciclo de aprofundamento** se desenvolve do sexto ao oitavo período e visa o aprofundamento e detalhamento das questões esboçadas no ciclo inicial. As atividades disciplinares obrigatórias, optativas e de extensão no ciclo de aprofundamento devem ter como objetivo a valorização da profundidade dos diversos campos da atuação disciplinar. Esse ciclo reservará assim uma parte substancial de sua carga horária a disciplinas eletivas ministradas por professores com longa trajetória de reflexão e/ou prática profissional em cada área disciplinar como também a atividades de extensão universitária conforme o Plano Nacional de Educação, regulamentado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (publicada no DOU em 10/01/2001), ora em fase de implantação na Universidade.

Ao final do curso, no **ciclo de síntese**, serão desenvolvidos, no nono período, conteúdos de organização profissional e os **Fundamentos para o Trabalho Final de Graduação** que culminará no décimo período com o **Trabalho Final de Graduação**, para o qual os alunos contarão com plena liberdade de escolha do tema e sua problematização arquitetônica/urbanística. Esse ciclo propõe a uma importante carga de disciplinas eletivas permitindo o delineamento de ênfases de conhecimento e perfis profissionais diferenciados além de favorecer articulações com a pesquisa.

3.2.2 Os Eixos

A essa estruturação anatômica - três ciclos sucessivos de fundamentação, aprofundamento e síntese - se associa uma ordenação sistêmica em **quatro eixos de conhecimento** capazes de aglutinar conteúdos programáticos afins. As urdiduras dos ciclos sucessivos e dos eixos paralelos compõem o novo currículo como um tecido coeso. A simples observação do desenho do novo currículo deve fornecer uma visualização compreensiva do campo disciplinar e sua complexidade. Os ciclos objetivam promover uma integração ‘vertical’, cabendo aos eixos a coesão ‘horizontal’.

Os quatro eixos foram preliminarmente denominados de **discussão, concepção, representação e construção**, que permitem ainda uma integração cruzada e devem congregiar aspectos específicos dos diferentes estágios da prática profissional do arquiteto-urbanista.

- **Discussão** abordará os aspectos históricos, teóricos, estéticos e sócio-econômicos da arquitetura e da cidade. Concentra disciplinas que visam desenvolver nos alunos a análise e compreensão das diferentes escalas da fenomenologia arquitetônico-urbanística; exercitar a capacidade de formulação crítica; gerar a capacidade de elaborar um discurso conceitual sobre sua prática projetual.
- **Concepção** congrega as atividades sintetizadoras de projeto. Compreende disciplinas de projeto nas diferentes escalas: da cidade, do bairro, da rua, do lote, incluindo arquitetura de interiores e detalhamento.
- **Representação** compreende tanto o estudo da representação geométrica dos espaços quanto os meios de sua expressão criativa. Serão desenvolvidas nas disciplinas deste eixo as habilidades de análise, representação e expressão da forma e do espaço e suas relações com a criação projetual.

- **Construção** abrange o diálogo entre os diferentes aspectos técnicos, científicos e as tecnologias da execução dos objetos arquitetônicos e da cidade, compreendidas as conceituações físicas da estabilidade das edificações e do conforto ambiental, a fundamentação tecnológica do edifício e a gestão do canteiro de obras.

3.2.3 Os Trabalhos Integrados

Ao final de cada ciclo, de fundamentação e aprofundamento, serão desenvolvidos Trabalhos Integrados - **TI 1** e **TI 2** - aplicados respectivamente no quarto e oitavo períodos com as seguintes diretrizes:

- O **Trabalho Integrado 1** deverá estar relacionado com as características dos conteúdos do *ciclo de fundamentação*, permitindo uma compreensão panorâmica dos diversos campos de interesse profissional dos arquitetos, abordando as diversas escalas de intervenção, seja na cidade ou em suas edificações, enfatizando a responsabilidade social da profissão na construção de sociedades mais justas.
- O **Trabalho Integrado 2** estará relacionado com os conteúdos do *ciclo de aprofundamento*. A diferença principal em relação ao ciclo precedente não consiste simplesmente nas escalas de trabalho, mas na profundidade e grau de definição dos projetos nas mesmas. Em ambos os ciclos se lida com projetos na escala do lote (edificações), do bairro (conjuntos urbanos) e da cidade. No entanto, no ciclo de aprofundamento, na medida em que outras disciplinas vão sendo incorporadas ao cabedal de conhecimentos, as exigências tornam-se mais completas e complexas.

2.2.4 Conclusões

Assim configurada, a proposta:

- reconhece a tradição da FAU, definindo um novo desenho global que não opera uma ruptura radical, porém torna a instituição mais adequada às condições atuais do ensino e da profissão;
- incentiva a integração entre disciplinas, otimizando a locação de professores e a confecção dos horários;
- não trata apenas de relocar disciplinas e cargas horárias, mas de instituir um sistema que possibilite, de fato, relações interdisciplinares horizontais e verticais, conforme antigo anseio da comunidade acadêmica, nunca efetivamente implantado;
- permite conexões entre disciplinas com conteúdos afins, reelaborando a distribuição de conteúdos para evitar superposições desnecessárias e indesejáveis;
- reconhece, no entanto, a existência de especificidades disciplinares que não podem ser anuladas pela indispensável integração interdisciplinar;
- enseja maior controle nas etapas finais devido às regras estabelecidas na escolha das disciplinas no ciclo Síntese;
- implanta a aplicação dos Trabalhos de Integração associando diversas disciplinas;
- permite a manutenção do conteúdo e a estruturação atual dos departamentos e respectivas coordenações, embora permitindo oportunas associações interdepartamentais;
- reduz o número de trabalhos a serem elaborados em cada período, substituindo a quantidade pela qualidade no aprofundamento.

3.3 Condições de funcionamento

A Reforma Curricular proposta não implicará alterações nas atuais condições de quantidade de vagas oferecidas, docentes, funcionários alocados e turnos, descritas no item 2.1 (parte II) deste texto.

IV.

OBJETIVOS DO CURSO COMO NORTEADORES DA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DO ALUNO

4.1 Objetivo geral

Atender às necessidades sócio-culturais para formação de Arquitetos e Urbanistas, contemplando a Legislação em vigor: Lei nº 5194/66 que regula a profissão de Arquiteto e a Resolução nº 218. de 29 de junho de 1973, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, principalmente em seus Arts. 1º e 2º.

4.2 Objetivos Correlatos

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço exterior e interior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, proteção do equilíbrio do ambiente natural e à utilização racional dos recursos disponíveis, que podem ser assim grupados:

- formar profissionais para inserção nas múltiplas áreas de atuação que se distinguem pela competência e pelo comprometimento com o desenvolvimento da sociedade;
- construir e divulgar conhecimentos e valores, por meio de uma ação pedagógica interdisciplinar que articule teoria e prática (ação e reflexão);
- estimular e desenvolver a pesquisa como uma atividade técnico-científica, reflexiva e criadora, fundamental na compreensão e na busca de soluções para problemas relevantes;
- promover a extensão, considerando-a como a socialização, por meio da ação pedagógica da Universidade, das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica aí gerada;
- manter-se aberta à relação com outras Instituições, promovendo o intercâmbio de saberes e experiências e respeitando as diferenças culturais e ideológicas.
- promover e estimular projetos de responsabilidade social.

Esse profissional deverá estar capacitado para exercer atividades tanto em um centro urbano desenvolvido como frente às peculiaridades regionais, elaborando mentalmente as informações acumuladas, revendo e produzindo novos conhecimentos, co-relacionando competências e habilidades necessárias ao saber, saber fazer, saber conviver e saber ser, como recomenda o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

4.3 Atividades Acadêmicas dos discentes

Na intenção de ampliar as formas de participação do corpo discente em atividades acadêmicas, pretende-se abrir o seguinte leque de possibilidades:

- monitoria;
- Iniciação Científica ou Artística e Cultural;

- estágio curricular supervisionado;
- atividades de Extensão Universitária;
- participação em atividades de pesquisa, inclusive junto à pós-graduação;
- atividades complementares ou horas-atividades (realizadas pelos alunos como atividade autônoma) associadas ou não às disciplinas curriculares (participação em congressos, concursos, eventos, etc.);
- experiência prática em Ambiente Profissional, que poderá substituir o estágio supervisionado.

4.4 Avaliação do Curso

Entendendo-se a Reforma Curricular como um processo dinâmico, de aperfeiçoamento na direção dos objetivos colocados, a comunidade acadêmica deverá promover permanente avaliação da reforma curricular, através de seminários periódicos, para eventuais ajustes no sentido de sua plena implantação.

Poderá ser considerada a participação do corpo docente através de reuniões regulares dos colegiados, onde as considerações deverão ser expostas e apreciadas.

V.

PERFIL DO EGRESSO

Além de atender às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo, conforme aprovado pelo Ministério de Educação e Cultura, a Instituição tem como objetivo formar um profissional capacitado para exercício pleno de suas atividades estabelecidas na Resolução nº 218. de 29 de junho de 1973, com características generalistas.

O futuro Arquiteto e Urbanista deverá contar com um universo mínimo de informações fundamentais, permitindo-o complementá-las durante um período de aprofundamento, transição para o desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação, quando ocorrerá a escolha do tema, possivelmente definindo uma diretriz para a vida profissional.

Esse conjunto de informações deverá servir de embasamento para produção de novos conhecimentos, resultantes dos processos de convivência e exercício profissional, quando essas serão formal ou informalmente revisitadas, co-relacionadas com universos locais específicos, gerando um produto particular.

Considerando-se que a matéria-prima do Arquiteto é o homem, tal variável apresenta dinâmicas abordagens, condicionadas por diferentes fatores determinantes, incapazes de precisão em formatos pré-estabelecidos.

Essa estrutura proposta se apóia no conceito de que a profissão de Arquiteto e Urbanista é generalista por natureza e, conforme descrito anteriormente, deverá considerar a interdisciplinaridade entre eixos de conhecimento que contemplem concepção, discussão, conceituação e produção, distribuídos de forma equilibrada entre tecnologia, arte, projeto e fundamentos sociais.

Portanto, a estrutura curricular adotada pretende contemplar o egresso com as habilitações dispostas em lei específica, mas também formar o cidadão-arquiteto, missão maior da universidade, pois qualquer que seja o motivo, o profissional deverá dominar os saberes mínimos no seu âmbito de atuação, permitindo a tentativa de soluções diante de problemas em constante mutação, porém sempre relacionados com o contexto no qual está inserido.

As referências curriculares citadas certamente tornam-se instrumentos para consecução de tais objetivos, consolidados através da matriz curricular que permite, gradativamente, um aprofundamento dos conhecimentos através da teorização crítica e realização de atividades práticas, associadas a programas de extensão.

Essa situação de progressivo aprofundamento certamente permitirá ao aluno, associado a condições particulares específicas, a definição dos rumos de seu Trabalho de Conclusão de Curso que certamente poderá tornar-se em um caminho profissional de especialização, mais uma vez colaborando com as atuais diretrizes gerais que prevêm o ensino continuado.

5.1 Competências e habilidades

5.1.1 Competências

A competência profissional não deve ser confundida com habilidades específicas estabelecidas por Lei, pois dentro dessas o profissional generalista poderá optar por um seletivo grupo de habilitações, conforme sua própria escolha ou decorrente das necessidades de mercado.

Qualquer que seja o motivo, o profissional deverá dominar os saberes mínimos no seu âmbito de atuação, permitindo a tentativa de soluções diante de problemas em constante mutação. Para subsidiar as decisões, a atualização de conhecimentos torna-se igualmente um compromisso que dinamiza as estruturas cognitivas, permitindo a revisão de ações, por vezes produzindo novos conhecimentos.

A competência também deve estar associada a aspectos psico-sociais, que influenciam na elaboração de decisões que devem sempre estar comprometidas com princípios éticos e com a justiça social.

5.1.2 Habilidades

A estrutura curricular adotada nessa proposição pretende contemplar o egresso com todas as habilidades estabelecidas pela Legislação para o Arquiteto e Urbanista. Dessa forma, o curso permite a formação generalista conforme recomendação da atual política do MEC para que os cursos estejam assim direcionados, não devendo se estender demasiadamente, considerando-se a rápida obsolescência do conhecimento e o interesse do aluno em ingressar o mais rapidamente possível no mercado de trabalho.

No caso do Arquiteto e Urbanista, a posterior especialização estará condicionada às direções definidas pelo egresso, eventualmente delineadas ao longo do curso de Graduação, sedimentada no desenvolvimento do Trabalho Final, além das disciplinas eletivas cursadas, associadas, quando possível, às linhas de pesquisa dos programas de mestrado e doutorado, definindo áreas de interesse específico.

5.2 Inserção no mercado de trabalho

Diferente da postura vigente até meados do século XX, o arquiteto contemporâneo deve ter condições de associar o que há de mais recente em tecnologia sem abdicar do conhecimento de sua realidade sócio-cultural, capaz de apresentar soluções para diferentes classes sociais em distintos meios geográficos.

O arquiteto era definido, até por seus pares, como no texto clássico de Warchavchik, que inaugurou o discurso sobre arquitetura moderna no Brasil, em 1925, como um profissional que ornamentava e encarecia o produto final:

“E esses edifícios, uma vez acabados, seriam realmente monumentos de arte da nossa época, se o trabalho do engenheiro construtor não se substituísse em seguida pelo arquiteto decorador. É aí que, em nome da ARTE, começa a ser sacrificada a arte. O arquiteto, educado no espírito das tradições clássicas, não compreendendo que o edifício é um organismo construtivo cuja fachada é sua cara, prega uma fachada postiça, imitação de algum velho estilo, e chega muitas vezes a sacrificar as nossas comodidades por uma beleza ilusória. Uma bela concepção do engenheiro, uma arrojada sacada de cimento armado, sem colunas ou consolos que a suportem, logo é disfarçada por meio de frágeis consolas postiças asseguradas com fios de arame, as quais aumentam inútil e estupidamente tanto o peso como o custo da construção.”

O país encontra-se em processo de desenvolvimento e esse profissional deverá estar habilitado para deparar-se com as diversidades comportamentais e econômicas, abordando-as de forma crítica para produzir soluções criativas que associem economia de recursos, inovações e respeito pelas raízes culturais locais.

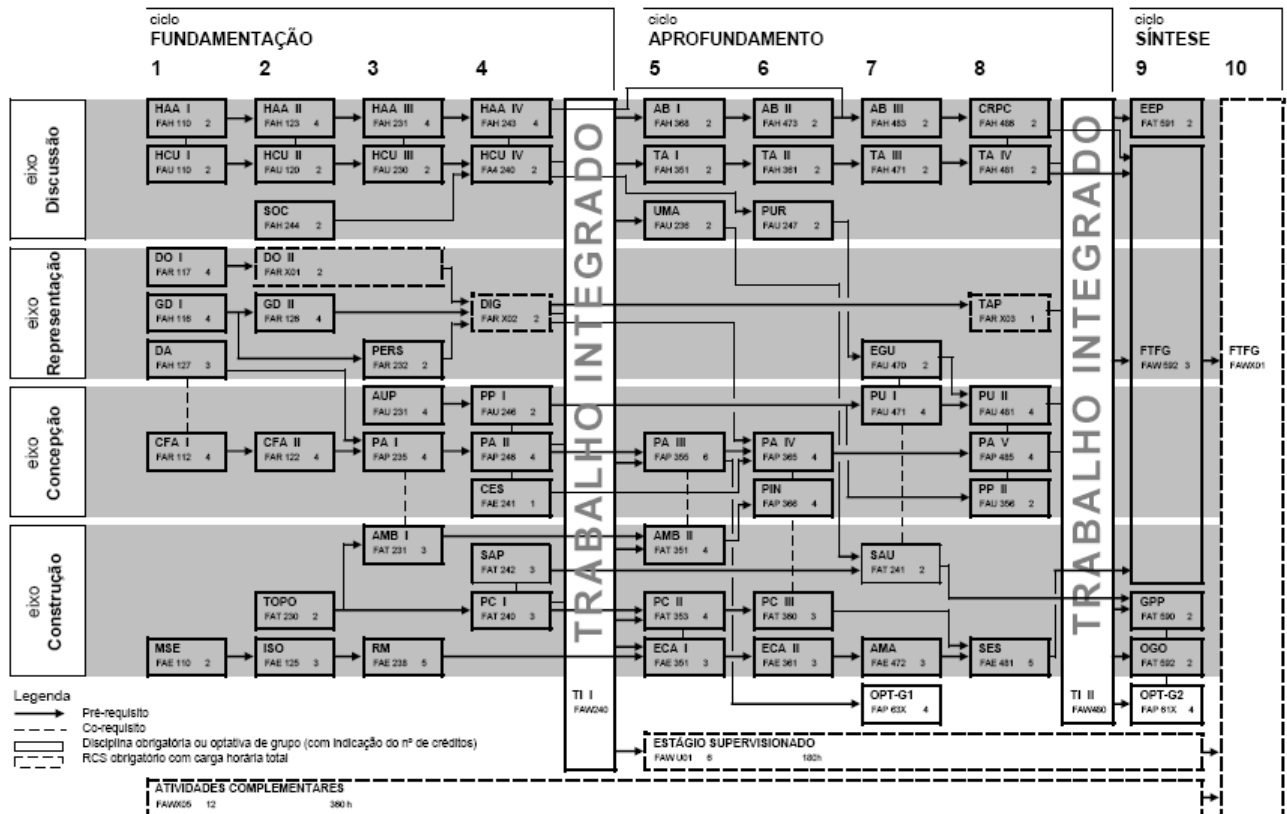
Se considerarmos que o aluno ingresso na Instituição é oriundo de diversos pontos do território nacional e conta com amplas perspectivas de retorno à terra natal para o pleno exercício da profissão, sua formação deverá ser adequada para incrementar atitudes de participação, interagindo e transformando o meio sócio-geográfico, avaliando e reconstruindo conhecimentos através da relação dialética.

VI. ESTRUTURA CURRICULAR PROPOSTA

6.1 Grade curricular

GRADE CURRICULAR FAU-UFRJ

CURRÍCULO 2006-1



CICLO DE FUNDAMENTAÇÃO

| EIXO | DEPT. | SIGLA | H/SEM | DISCIPLINA |
|------|-------|-------|-------|------------|
|------|-------|-------|-------|------------|

PERÍODO 1

| | | | | |
|---------------|------|-------|---------------------------------|---------------------------------------|
| Discussão | DHT | HAA I | 1 x 2 | HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DAS ARTES I |
| | DPUR | HCU I | 1 x 2 | HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO I |
| Representação | DARF | DO I | 2 x 3 | DESENHO DE OBSERVAÇÃO I |
| | DARF | GD I | 3 x 2 | GEOMETRIA DESCRITIVA I |
| | DARF | DA | 2 + 3 | DESENHO DE ARQUITETURA |
| Concepção | DARF | CFA I | 2 x 3 | CONCEPÇÃO DA FORMA ARQUITETÔNICA I |
| Construção | DE | MSE | 1 x 3 | MODELAGEM DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS |
| TOTAL | | | 30 h. x 15 sem. = 450 h. | |

PERÍODO 2

| | | | | |
|---------------|------|--------|---------------------------------|--|
| Discussão | DHT | HAA II | 2 x 2 | HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DAS ARTES II |
| | DPUR | HCU II | 1 x 2 | HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO II |
| | DHT | SOC | 1 x 2 | ESTUDOS SOCIAIS |
| Representação | DARF | DO II | 1 x 3 | DESENHO DE OBSERVAÇÃO II |
| | DARF | GD II | 3 x 2 | GEOMETRIA DESCRITIVA II |
| Concepção | DARF | CFA II | 2 x 3 | CONCEPÇÃO DA FORMA ARQUITETÔNICA II |
| | DTC | TOPO | 1 x 3 | TOPOGRAFIA |
| Construção | DE | ISO | 2 x 2 | ISOSTÁTICA |
| TOTAL | | | 27 h. x 15 sem. = 405 h. | |

PERÍODO 3

| | | | | |
|---------------|------|---------|---------------------------------|---|
| Discussão | DHT | HAA III | 2 x 2 | HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DAS ARTES III |
| | DPUR | HCU III | 1 x 2 | HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO III |
| Representação | DARF | PERS | 1 x 3 | PERSPECTIVA |
| Concepção | DPUR | AUP | 2 x 3 | ANÁLISE DA FORMA URBANA E DA PAISAGEM |
| | DPA | PA I | 2 x 3 | PROJETO ARQUITETÔNICO I |
| | DTC | AMB I | 1 x 3 | CONFORTO AMBIENTAL I |
| Construção | DE | RM | 3 x 2 | RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS |
| TOTAL | | | 30 h. x 15 sem. = 450 h. | |

PERÍODO 4 – TRABALHO INTEGRADO 1

| | | | | |
|---------------|------|--------|---------------------------------|--|
| Integração | FAW | TI I | 1 x 2 | TRABALHO INTEGRADO I |
| Discussão | DHT | HAA IV | 2 x 2 | HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DAS ARTES IV |
| | DPUR | HCU IV | 1 x 2 | HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO IV |
| Representação | DARF | DIG | 1 x 3 | GRÁFICA DIGITAL |
| Concepção | DPA | PA II | 2 x 3 | PROJETO ARQUITETÔNICO II |
| | DPUR | PAIS I | 1 x 3 | PROJETO PAISAGÍSTICO I |
| | DE | CES | 1 x 1 | CONCEPÇÃO ESTRUTURAL |
| Construção | DTC | SAP | 2 x 2 | SANEAMENTO PREDIAL |
| | DTC | PC I | 1 x 3 | PROCESSOS CONSTRUTIVOS I |
| TOTAL | | | 28 h. x 15 sem. = 420 h. | |

CICLO DE APROFUNDAMENTO

| EIXO | DEPT. | SIGLA | H/SEM | DISCIPLINA |
|------|-------|-------|-------|------------|
|------|-------|-------|-------|------------|

PERÍODO 5

| | | | | |
|--------------|------|--------|---------------------------------|---------------------------------|
| Discussão | DHT | TA I | 1 x 2 | TEORIA DA ARQUITETURA I |
| | DHT | AB I | 1 x 2 | ARQUITETURA NO BRASIL I |
| | DPUR | UMA | 1 x 2 | URBANISMO E MEIO AMBIENTE |
| Concepção | DPA | PA III | 3 x 3 | PROJETO ARQUITETÔNICO III |
| | DTC | AMB II | 2 + 3 | CONFORTO AMBIENTAL II |
| Construção | DE | ECA I | 2 x 2 | ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO I |
| | DTC | PC II | 2 + 3 | PROCESSOS CONSTRUTIVOS II |
| TOTAL | | | 29 h. x 15 sem. = 435 h. | |

PERÍODO 6

| | | | | |
|--------------|------|--------|---------------------------------|----------------------------------|
| Discussão | DHT | TA II | 1 x 2 | TEORIA DA ARQUITETURA II |
| | DHT | AB II | 1 x 2 | ARQUITETURA NO BRASIL II |
| | DPUR | PUR | 1 x 2 | PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL |
| Concepção | DPA | PA IV | 2 x 3 | PROJETO ARQUITETÔNICO IV |
| | DPA | PIN | 2 x 3 | PROJETO DE INTERIORES |
| Construção | DTC | PC III | 1 x 3 | PROCESSOS CONSTRUTIVOS III |
| | DE | ECA II | 1 x 3 | ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO II |
| TOTAL | | | 24 h. x 15 sem. = 360 h. | |

PERÍODO 7

| | | | | |
|---------------|------|--------|---------------------------------|------------------------------------|
| Discussão | DHT | TA III | 1 x 2 | TEORIA DA ARQUITETURA III |
| | DHT | AB III | 1 x 2 | ARQUITETURA NO BRASIL III |
| Representação | DPUR | EGU | 1 x 2 | EXPRESSÃO GRÁFICA PARA O URBANISMO |
| Concepção | DPUR | PU I | 2 x 3 | PROJETO URBANO I |
| Construção | DTC | SAU | 1 x 2 | SANEAMENTO URBANO |
| | DE | AMA | 1 x 3 | ESTRUTURAS DE AÇO E MADEIRA |
| TOTAL | | | 23 h. x 15 sem. = 345 h. | |

PERÍODO 8 – TRABALHO INTEGRADO 2

| | | | | |
|---------------|------|---------|---------------------------------|---|
| Integração | FAW | TI II | 1 x 2 | TRABALHO INTEGRADO II |
| Discussão | DHT | TA IV | 1 x 2 | TEORIA DA ARQUITETURA IV |
| | DHT | CRPC | 1 x 2 | CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÔNIO CULTURAL |
| Representação | DARF | TAP | 1 x 1 | TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS |
| Concepção | DPUR | PU II | 2 x 3 | PROJETO URBANO II |
| | DPUR | PAIS II | 1 x 3 | PROJETO PAISAGISTICO II |
| | DPA | PA V | 2 x 3 | PROJETO ARQUITETÔNICO V |
| Construção | DE | SES | 2 x 3 | SISTEMAS ESTRUTURAIS |
| TOTAL | | | 27 h. x 15 sem. = 405 h. | |

CICLO DE SÍNTESE

| EIXO | DEPT. | SIGLA | H/SEM | DISCIPLINA |
|------|-------|-------|-------|------------|
|------|-------|-------|-------|------------|

PERÍODO 9

| | | | | |
|--------------|-----|------|---------------------------------|--|
| Discussão | DTC | EEP | 1 x 2 | ÉTICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL |
| Concepção | DPA | FTFG | 1 x 3 | FUNDAMENTOS PARA O TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO |
| Construção | DTC | GPP | 1 x 2 | GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETO |
| | DTC | OGO | 1 x 3 | ORÇAMENTO E GERENCIAMENTO DE OBRA |
| TOTAL | | | 16 h. x 15 sem. = 240 h. | |

PERÍODO 10

| | | | | |
|--------------|-----|-----|---------------------------------|-----------------------------------|
| Concepção | FAW | TFG | 20 x 15 | TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO (RCS) |
| TOTAL | | | 20 h. x 15 sem. = 300 h. | |

REQUISITOS CURRICULARES SUPLEMENTARES (RCS) OBRIGATÓRIOS

| | | | | |
|--------------|-------|----|---------------|---------------------------|
| | Coord | AC | 360 | ATIVIDADES COMPLEMENTARES |
| | Coord | ES | 180 | ESTAGIO SUPERVISIONADO |
| TOTAL | | | 540 h. | |

| | | | |
|-----|------|-------|---|
| DPA | PA 4 | 2 x 3 | PROJETO DE INTERESSE SOCIAL (OPTATIVAS GRUPO 1) |
|-----|------|-------|---|

ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES

| TIPO DE CONTEÚDO | FORMA | FUNDAMENTAÇÃO | | APROFUNDAMENTO | | SÍNTESE | | TOTAL | |
|------------------|-------------|---------------|-------------|----------------|-------------|----------|------------|-----------|-------------|
| | | Nº | HOR. | Nº | HOR. | Nº | HOR. | Nº | HOR. |
| OBRIGATÓRIOS | DISCIPLINAS | 29 | 1680 | 27 | 1455 | 4 | 150 | 60 | 3285 |
| | RCS | 3 | 450 | 2 | 195 | 1 | 300 | 6 | 945 |
| OPT. RESTRITA | DISC. / RCS | 0 | 0 | 1 | 90 | 1 | 90 | 2 | 180 |
| OPT. CONDIC. | DISC. / RCS | | | | 180 | | | | 180 |
| LIVRE ESCOLHA | DISC. / RCS | 0 | 0 | 0 | 0 | - | 120 | - | 120 |
| TOTAL | | 32 | 2130 | 30 | 1920 | 6 | 660 | 68 | 4710 |

6.2 Ementário

6.3 Considerações Finais

A atual proposta apresenta algumas inovações desde sua concepção estrutural, permitindo flexibilidade relativa entre as etapas estabelecidas, até a inserção de disciplinas optativas e atividades complementares, oferecidas à medida que o aluno adianta-se na grade curricular. Portanto, estruturado de forma mais rígida nos períodos iniciais, torna-se cada vez mais flexível na opção por disciplinas como também na carga horária fixa, permitindo a realização de atividades complementares, escritório modelo, estágio, pesquisa e extensão grupados em disciplinas com características peculiares.

Mesmo diante dessa previsão inicial, tal estrutura não deverá ser considerada estática, permitindo eventuais modificações, desde que não comprometam os objetivos principais da proposta.

Entre outras inovações, deve ser assinalada a intenção da integração disciplinar horizontal, permitindo a otimização das tarefas acadêmicas além de contribuir, desde os períodos iniciais, para a compreensão da interdisciplinaridade inerente à formação do profissional de arquitetura.

Alguns critérios na distribuição da carga horária foram adotados seguindo a recomendação do MEC, que aconselha 20h às 24h semanais, completando a carga horária mínima disposta.

Portanto, essas considerações têm por objetivo tornar a seqüência curricular relativamente flexível, conforme o exposto, aplicando requisitos com critérios definidos, evitando o represamento do aluno, principalmente nas etapas finais do curso, quando a oferta de opções deverá permitir o desenvolvimento de suas vocações, interesses e potenciais específicos.